

Plano Diretor Municipal Velas

FASE 2 -VOLUME IV
RELATÓRIO NÃO TÉCNICO AAE

Novembro, 2023



**REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE
VELAS – SÃO JORGE**

**FASE 2 -VOLUME IV
RELATÓRIO NÃO TÉCNICO AAE**

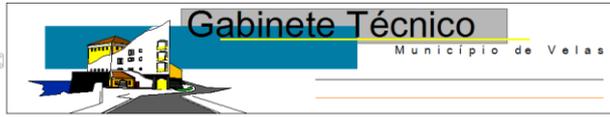
Novembro, 2023



Índice Geral

Volumes

- | | |
|-----|---|
| I | Regulamento |
| II | Relatório do Plano |
| III | Relatório Ambiental |
| IV | Relatório Não Técnico AAE |
| V | Programa de Execução, Plano de Financiamento e Plano de Monitorização |
-

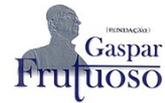


Equipa Técnica da Câmara Municipal de Velas

Equipa	Formação	Competências
Júlio Rodrigues	Arquitetura	Coordenador Geral
Jorge H. Henriques	Geografia e Planeamento Regional e Local	Coordenador dos Trabalhos

Equipa Técnica do Plano

Equipa	Formação	Competências
Helena Calado	Ordenamento do Território	Coordenador dos Trabalhos
Fabiana Moniz	Sociologia e Cidadania Ambiental e Participação	Equipa Técnica
Carla Fortuna	Arquitetura	Equipa Técnica
Marta Vergílio	Engenharia do Ambiente e Biologia	Equipa Técnica
António Medeiros	Sistemas de Informação Geográfica	Equipa Técnica



Índice

1. O que é o Resumo Não Técnico?.....	5
2. O que é a revisão do PDM de Velas?.....	6
3. O que é a Avaliação Ambiental? E a Avaliação Ambiental Estratégica?	7
4. O que São o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental?	8
5. O que se avaliou?	9
6. Quais são os Fatores Críticos para a Decisão do PDM de Velas?	10
7. Quais as Principais Políticas Orientadoras e os Principais Planos e Programas Relevantes?	11
8. Quais as Principais Tendências e Problemas Ambientais Relevantes para a Avaliação Ambiental do PDM de Velas?.....	12
9. Quais as Principais Oportunidades e Riscos para um desenvolvimento sustentável a longo prazo decorrentes do PDM de Velas?.....	15
10. Quais as Principais Diretrizes para Planeamento? E Quem são os Principais Agentes no Sucesso da Implementação do Plano?.....	16
11. Quais são os Principais Indicadores de Monitorização?	18
12. O que se Conclui sobre o Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do PDM de Velas?	19



Siglas e Acrónimos

AA – Avaliação Ambiental

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

CMV – Câmara Municipal de Velas

DLR – Decreto Legislativa Regional

PDM – Plano Diretor Municipal

RAA – Região Autónoma dos Açores

FCD – Fator Critico para a Decisão

QA – Questões Ambientais

QE – Questões Estratégicas

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA – Relatório Ambiental

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

RNT – Resumo Não Técnico



1. O que é o Resumo Não Técnico?

O Resumo Não técnico (RNT) é dos elementos que faz parte do Relatório Ambiental (RA), conforme a alínea j) do ponto 1 do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional (DLR) n.º 30/2010/A de 15 de novembro. Segundo este decreto é um “documento de suporte à participação pública”, com uma linguagem acessível ao público em geral, que apresenta de forma sintética, coerente e compreensível a informação presente no RA, da avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente da aplicação, neste caso, do plano, de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Velas. Quem pretender aprofundar a avaliação das questões ambientais e de sustentabilidade da revisão do PDM de Velas deverá consultar o RA.



2. O que é a revisão do PDM de Velas?

A revisão do PDM de Velas é um plano que apresenta a estratégia de desenvolvimento local centrado no ordenamento do território e de urbanismo para o município de Velas. Este integra e articula as políticas, planos e programas de âmbito nacional, regional, de ilha e do município. Define: a estrutura ecológica municipal; os princípios e os critérios da localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções; os parâmetros e localização dos diferentes usos do solo, incluindo das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços; os parâmetros de uso e fruição do espaço público. Estabelece o modelo de planeamento do espaço território do município e define diretrizes e programas de ação territorial que servem de referência para outros planos municipais de ordenamento do território.

A revisão do PDM foi determinada por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Velas, em 14 de novembro de 2014, publicada na 2.ª Série do Jornal Oficial através do aviso n.º 75/2014 de 4 de dezembro de 2014, a qual determinou igualmente a sujeição do PDM a Avaliação Ambiental Estratégica, em virtude da sua profunda reformulação e obrigatoriedade.



3. O que é a Avaliação Ambiental? E a Avaliação Ambiental Estratégica?

A elaboração da revisão do PDM de Velas está sujeita a um processo de Avaliação Ambiental (AA) estabelecido de acordo com o Regime Jurídico de Avaliação de Impacto e do Licenciamento Ambiental (RJAILA), pelo DLR n.º 30/2010/A, de 15 de novembro. A AA nos planos, como nos programas, de acordo com o RJAILA é um “processo que integra as questões ambientais e de sustentabilidade no procedimento de tomada de decisão e que visa identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa”.

O processo de AA é da responsabilidade da entidade responsável pela elaboração do Plano, neste caso em particular, da Câmara Municipal de Velas, à qual compete, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do DLR n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, determinar o âmbito da AA a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental e na produção da Declaração Ambiental após a aprovação do plano a ser entregue ao departamento do governo competente em matéria de ambiente.

Para a realização da AA para a revisão do PDM de Velas seguiu-se a metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolvidas no *Guia de Avaliação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território* (DGOTDU/APA, 2008), do *Guia das Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica* (PARTIDÁRIO, 2007) e do *Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica* (PARTIDÁRIO, 2012). Em consonância com as indicações do RJAILA, o objetivo da AAE é facilitar, alertar e identificar situações de oportunidade sustentáveis num plano e validar as recomendações por meio da consulta pública e institucional.

O modelo estratégico da AAE apresenta vários elementos, dos quais destaca-se os fatores críticos para a decisão (FCD), que permite o foco sobre o que realmente é importante na estrutura de avaliação e dos estudos, que auxiliam no conhecimento dos principais riscos e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da aplicação do plano e contribui para a definição de procedimentos de planeamento, gestão e controlo (monitorização) de acompanhamento da implementação e revisão do plano, para minimizar ou evitar os potenciais riscos e identificar as oportunidades de longo prazo resultantes da sua aplicação. Neste processo é identificado o quadro de referência estratégico (QRE), onde enumera-se as principais políticas a nível local regional, nacional, europeu e internacional relevantes para AA e servem de orientação para o desenvolvimento do concelho. Deste modo, na avaliação e na elaboração do plano existe concordância com as políticas de nível superior.



4. O que São o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental?

O Relatório Ambiental (RA) é um documento da competência da entidade responsável pela elaboração do plano, composto pelos elementos enumerados no artigo 10.º do DLR n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, “onde identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano (...) e suas alternativas razoáveis “. Este inclui as informações adequadas para a realização da AA do plano, de acordo com os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano, a sua disposição no procedimento de tomada de decisões e uma avaliação a diferentes níveis de hierarquia para evitar a sua duplicação. Este relatório acompanha a proposta de revisão do PDM, que primeiramente é entregue para consulta ao departamento do governo competente em matéria de ambiente e a outras entidades e após a consulta e feitas as alterações é submetido a consulta pública, cujos resultados são ponderados na versão final do plano para aprovação em Assembleia Municipal.

A Declaração Ambiental (DA) é um documento que acompanha o plano aprovado ao departamento do Governo competente em matéria de ambiente e que deve ser disponibilizado ao público por meio de página da internet pela entidade responsável pela elaboração do plano e também pelo portal do Governo Regional. Este sintetiza a informação relevante do processo de AA, como a forma como foram integradas no plano as considerações ambientais e do RA, a justificação das observações não consideradas das consultas às entidades governamentais e do público, as razões da aprovação do plano e as medidas de controlo do plano, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos.



5. O que se avaliou?

A AA deve acompanhar a elaboração do plano desde o seu início, uma vez que é um instrumento de apoio à tomada de decisão e que integra as considerações ambientais. Neste processo, identifica-se as Questões Estratégicas (QE), que permite identificar as questões políticas fundamentais ou os desafios do plano, ou seja, o que se pretende avaliar para compreender a visão futura do plano, o seu potencial estratégico e as implicações ambientais. No caso da revisão do PDM de Velas as linhas orientadoras foram as estabelecidas pelos principais Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento do Concelho de Velas da revisão do plano. Cada questão estratégica apresenta-se de âmbito abrangente, sendo que cada uma identifica várias áreas de ação como estabelece nos objetivos da revisão do PDM, os seguintes:

- **Diversificação da Base Económica e Modernização dos Processos Produtivos:**
 - Atividades turísticas;
 - Espaços de recreio, lazer e zonas balneares;
 - Atividades económicas;
 - Atividades escolares e desportivas.
- **Reforço e Equilíbrio da Rede Urbana do Concelho e do seu papel na ilha:**
 - Acessibilidades;
 - Novas centralidades;
 - Regras morfológicas e perímetros urbanos;
 - Equipamentos;
 - Fajãs;
 - Espaços Naturais;
 - Redes de abastecimento de águas e drenagem de águas residuais;
 - Recolha Seletiva de resíduos.
- **Melhoria do Ambiente Natural e do Ambiente Construído:**
 - Recursos naturais e paisagísticos;
 - Roteiros e guias;
 - Procedimentos de licenciamento.
- **Desenvolvimento Sociocultural e de Formação Profissional:**
 - Polos culturais/ Divulgação;
 - Concursos.
- **Desenvolvimento/Promoção de uma nova imagem do Concelho e sua Gestão:**
 - Participação dos cidadãos;
 - Instituições culturais.



6. Quais são os Fatores Críticos para a Decisão do PDM de Velas?

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) permitem estabelecer a estrutura e o foco da análise e da avaliação estratégica do plano. Para PARTIDÁRIO (2012), os FCD são os temas principais para a decisão, de maneira a satisfazer os objetivos ambientais e um futuro mais sustentável. Os mesmos dão resposta ao alcance da AAE e resultam da análise integrada das QE, do QRE e das Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS - estabelecido a partir dos fatores ambientais definidos pela legislação como: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem).

Para a revisão do PDM de Velas foram identificados quatro FCD, de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 1. Definição dos Fatores Críticos para a Decisão

FCD	Descrição
1. Planeamento e Ordenamento do Território	Melhorar as acessibilidades do concelho e as condições de mobilidade nos principais aglomerados populacionais. Criar condições de atratividade e fixação da população, principalmente jovem, permitindo o rejuvenescimento da mesma e o repovoamento das áreas rurais do concelho. Promover o ordenamento e a coesão territorial, melhorando consideravelmente a qualidade ambiental.
2. Desenvolvimento Sustentável	Adotar melhores práticas de governança. Promover o desenvolvimento local de forma sustentável, diminuindo os possíveis efeitos negativos no bem-estar e saúde das populações. Promover a melhoria da qualidade de vida, de saúde e ambiente através do uso sustentável de recursos naturais.
3. Qualidade de Vida	Desenvolver e/ou reabilitar infraestruturas, serviços e equipamentos que contribuam para o aumento da melhoria da qualidade de vida. Valorizar/promover atividades económicas complementares, diferenciais ao setor agropecuário, através do aproveitamento dos recursos naturais endógenos, bem como promover atividades marítimo-turísticas e turismo de natureza. Aumentar e melhorar as condições de acesso da população a serviços de saúde e educação.
4. Recursos Naturais e Culturais	Valorizar os recursos naturais e recursos culturais (de natureza material e imaterial). Sustentabilidade de recursos hídricos. Prevenção de riscos naturais e tecnológicos. Promover/certificar e divulgar produtos locais de qualidade.



7. Quais as Principais Políticas Orientadoras e os Principais Planos e Programas Relevantes?

As principais políticas orientadoras e os principais planos e programas relevantes estão relacionadas com o QRE, onde procedeu-se a uma análise dos vários instrumentos de caráter estratégico existentes relevantes para a análise da revisão do PDM de Velas, de nível internacional, nível nacional, nível regional e nível local. No quadro seguinte enumera-se os instrumentos mais relevantes na análise feita na AAE.

Quadro 2. Principais Políticas Orientadoras e Principais Planos e Programas Relevantes

Âmbito	Documentos Estratégicos
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC)
	Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020 (ENM 2013 – 2020)
	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER)
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
	Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030 (PNAC 2020-2030)
Regional	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC2020)
	Plano Operacional Açores 2020 (PO-Açores 2020)
	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)
	Plano Sectorial Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores (PSRN2000 RAA)
	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)
	Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMT Açores)
	Estratégia de Investigação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores (RIS3 Açores)
	Programa Estratégico de Prevenção de Gestão de Resíduos Sólidos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH-Açores)
	Plano de Gestão da Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA)
	Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as atividades extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE)
	Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (POEMA)
	Plano Integrado dos Transportes dos Açores (PIT Açores)
	Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores (EF RAA)
	Programa Regional da Água (PRA)
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPCA)	
Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC)	
Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)	
Local	Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge (POOC-São Jorge)
	Plano Diretor Municipal de Velas (PDM-Velas)
	Parque Natural da Ilha de São Jorge (PNI – São Jorge)
	Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Velas (PMEPCV)



8. Quais as Principais Tendências e Problemas Ambientais Relevantes para a Avaliação Ambiental do PDM de Velas?

As tendências relevantes observadas no passado e que se assume que se manterão no futuro se nada for feita por FCD.

FCD1 - Planeamento e Ordenamento do Território

Investimento na melhoria e manutenção na rede viária do município, desde vias da rede regional, à rede municipal e redes rural/ florestal e agrícola, com a intervenção pelos respetivos responsáveis. No entanto, de acordo com a sinistralidade, principalmente do aumento de feridos, é importante identificar os locais com problemas de visibilidade e falta de sinalética e sensibilizar a população para melhores comportamentos de condução.

O predomínio para novas construções recai na habitação e nos serviços. Num concelho onde a população tem diminuído ao longo do tempo, é importante criar meios para a fixação da população, principalmente jovem. A tendência para o aumento de serviços ligado ao alojamento turístico, pode ser um fomento para o surgir de outras atividades.

O concelho tem uma vasta área rural, com zonas de proteção para a conservação da natureza e da biodiversidade, zonas de forte aptidão agrícola (Reserva Agrícola Regional) e zonas com condicionantes ambientais (Reserva Ecológica). As zonas de proteção para a conservação da natureza e da biodiversidade contribui para a tentativa da preservação de espécies de fauna e flora do município, fundamental, pois muitas espécies estão numa situação de ameaça, indicativo da importância da vigilância destes habitats e das espécies.

As áreas afetadas à RAR próximo dos espaços de uso urbano são as que sofrem maior pressão urbanística, apesar dos espaços urbanos corresponderem a uma percentagem pequena no território. Neste sentido a tendência território é da valorização dos recursos naturais, da biodiversidade e da paisagem no seguimento das opções estratégicas do PNPT.

O município dispõe de meios online de divulgação da informação dos seus serviços, principalmente de requerimentos e informação dos planos desenvolvidos. No entanto, ainda não dispõe de mecanismos de participação dos cidadãos online, nem disponibiliza informação geográfica, por meio de mapas interativos e mecanismos de apoio aos processos de licenciamento, para além dos definidos por legislação geral.

FCD2 – Desenvolvimento Sustentável

Quanto aos consumos energéticos verifica-se uma tendência de estabilização dos consumos, ao nível domésticos, não doméstico e iluminação pública, de aumento a nível industrial e de diminuição a nível agrícola e da iluminação interior de edifícios do estado. A produção de energia elétrica na ilha é de cerca 88% por gasóleo, sendo o restante por energias renováveis. Os aumentos de consumo potencia os riscos económicos e ambientais associados à dependência de combustíveis fósseis, como de mais emissões de CO₂.



A água captada para consumo humano, provem de águas subterrâneas. A rede de abastecimento de água apresenta uma cobertura de 99% dos fogos e com uma qualidade de excelência. Os consumos nos últimos anos tendem a estabilizar.

Quanto à rede de esgotos, esta apresenta-se mais crítica a nível da sustentabilidade ambiental, no município, existindo apenas sistemas primários de tratamento de esgotos domésticos, maioritariamente privados, compostos por fossa e sumidouro. Uma rede de esgotos doméstica com tratamento desadequado pode ter fortes impactos na população e no meio ambiente, com especial efeito nos meios recetores, com alterações na sua qualidade e consequentemente prejudicar os ecossistemas.

Relativamente à recolha de resíduos, a totalidade da população é abrangida por sistema de deposição e recolha de RSU e desde de 2018 dispõe de sistemas de ecopontos e oleões disponíveis na via pública de acesso à população para acondicionar os resíduos produzidos possíveis de reciclar. A nível de ilha verifica-se a diminuição dos resíduos sólidos urbanos, ao longo do tempo.

As despesas e receitas que o município dispõe relacionadas com ambiente centram-se principalmente com a gestão dos resíduos.

FCD3 – Qualidade de vida

A atividade turística tem crescido no concelho, seja no aumento de dormidas, seja pelo aumento de estabelecimentos de alojamento, principalmente de alojamento local. No entanto, o tempo médio de estadia na ilha é reduzido, de cerca 2 dias e a sazonalidade é marcante na atividade turística da ilha de São Jorge, que dificulta a prática e estabilidade das atividades turísticas o ano todo.

A população trabalhadora concentra-se nas atividades do setor terciário, que tem aumentado no concelho. No setor primário e no setor industrial houve diminuição. O setor primário é muito relevante no concelho, pois contribui para a produção do produto de destaque da ilha, o queijo de São Jorge.

O número de empresas individuais e sociedades tem tido um aumento gradual no concelho ao longo do tempo, mas são as atividades ligadas à atividade de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca que existe em maior número. Muitas das atividades existentes no concelho estão relacionadas com a atividade turística, com vários serviços desde alojamento, atividades náuticas e de serviços de apoio à atividade, como agências de viagens e rent-a-car.

A nível da saúde e da educação, existem estabelecimentos de apoio à população, no primeiro caso com centro de saúde adequado à população existente e a existência de unidades de saúde privadas. Quanto à educação, nos últimos anos tem havido investimento nos estabelecimentos do concelho, no entanto, verifica-se a perda de alunos.

FCD4 – Recursos naturais e culturais

No município de Velas estão identificadas duas águas balneares costeiras que estão incluídas no programa anual de monitorização da qualidade. Nos últimos anos têm sido, também, monitorizados outros quatro pontos de amostragem para águas balneares costeiras não



identificadas. Desde de 2012, as duas águas balneares costeiras identificadas têm apresentado um estatuto de qualidade Excelente. No entanto, as respetivas zonas balneares não dispõem de serviços de assistência a banhistas durante a época balnear, o que torna ilegível a candidatura destas zonas a galardões de qualidade ambiental e de inclusão social, como sejam, respetivamente a Bandeira Azul e Praia Acessível, Praia para Todos!

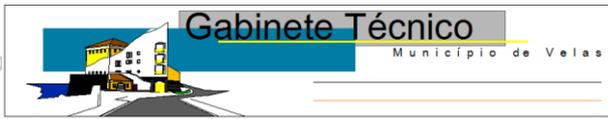
A valorização do património cultural apresenta indicadores positivos, que reforça a identidade cultural do município, seja pelo edificado classificado, seja pela aposta do município nos últimos anos nas atividades culturais e criativas do município.

Num concelho com várias bacias hidrografias, onde existem pontos críticos, verifica-se a verificação de situações e a manutenção e fiscalização pelos serviços da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

O município apresenta vulnerabilidades referente aos riscos de cheias e inundações e a movimentos de massa de vertente com um grau de risco de pelo menos elevado, segundo o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Velas (PMECPV). Os fenómenos atmosféricos, principalmente ligados à precipitação, e as características do território, de declive acentuado, com bacias hidrográficas, algumas atravessando os aglomerados, e zonas propícias à erosão do solo, de cerca de 20,7% do território, potenciam estes perigos naturais, que para além de ter consequências na paisagem, também colocam as populações em situação de isolamento e/ou risco. A existência do PMECPV, aprovado em 2016, contribui para existência de um plano com medidas de procedimentos em situação de catástrofe.

Segundo o PEM Açores a ilha de São Jorge dispõe de um conjunto de produtos que favorecem a atividade turística relacionados com o património natural, paisagístico e cultural quer seja em terra, quer seja no mar. Destaca-se os passeios a pé, o geoturismo e as atividades desportivas.

Um dos produtos mais emblemáticos da ilha de São Jorge é o Queijo de São Jorge, que potencia vários setores de atividade, como da agropecuária, indústria de laticínios e turística.



9. Quais as Principais Oportunidades e Riscos para um desenvolvimento sustentável a longo prazo decorrentes do PDM de Velas?

As principais oportunidades a longo prazo que podem resultar da revisão do PDM de Velas são as seguintes de acordo com cada FCD.

FCD1 - Planeamento e Ordenamento do Território

- O melhoramento da rede existente e reabilitação urbana;
- Reajusto dos usos do solo, que potenciam a ampliação dos perímetros urbanos nos locais necessários, como na zona industrial das Levadas;
- Contenção da dispersão urbana, com a definição de parâmetros que promovem um desenvolvimento harmonioso no município;
- Valorização e salvaguarda de áreas naturais com potencial para a identidade e economia local;
- Aumento da participação dos cidadãos nos processos de decisão.

FCD2 – Desenvolvimento Sustentável

- Melhoria, modernização e levantamento georreferenciado da rede de abastecimento de água;
- Melhoria do sistema de resíduos sólido no município;
- Adoção de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais individuais adequados para as novas construções, na ausência de rede pública.

FCD3 – Qualidade de vida

- Potenciar a atividade turística, principalmente do turismo cultural e da promoção de uma identidade local, com regulamentação;
- Incentivos a novos investimentos e construções que permita o desenvolvimento de diferentes atividades económicas, de acordo com a aptidão do solo;
- Valorização e apoio na melhoria das infraestruturas escolares e desportivas.

FCD4 – Recursos naturais e culturais

- Aposta na reabilitação e dinamização de edifícios destinados a atividades culturais;
- A preservação do património cultural imóvel, móvel e imaterial;
- Divulgação e aposta em produtos locais;
- A delimitação de áreas de prevenção de riscos naturais e interdições nestas áreas.

Os principais riscos a longo prazo que podem resultar das políticas e medidas da revisão do PDM de Velas são:

- Degradação dos ecossistemas protegidos e declínio das espécies se não houver uma monitorização e gestão destas zonas, devido ao “turismo de massas”;
- Dificuldade no controlo da dispersão nos espaços rústicos devido ao aumento de atividades, principalmente de turismo rural.



10. Quais as Principais Diretrizes para Planeamento? E Quem são os Principais Agentes no Sucesso da Implementação do Plano?

Para concretizar as oportunidades identificadas e evitar os riscos, destacam-se as seguintes diretrizes de planeamentos e gestão de acordo com cada FCD.

FCD1 - Planeamento e Ordenamento do Território

- Apostar na modernização administrativa (licenciamento, fiscalização e gestão de recursos);
- Fomentar o envolvimento da sociedade e dotar a população de um papel ativo nos processos de desenvolvimento e decisão;
- Promover um correto ordenamento articulado com as condicionantes territoriais e com os IGT em vigor;
- Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano;
- Promover uma política de recuperação e manutenção dos edifícios existentes;
- Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural;
- Desenvolver e implementar mecanismos que assegure a proteção do coberto vegetal em espaços naturais não classificados;
- Salvaguardar e proteger as áreas classificadas;

FCD2 – Desenvolvimento Sustentável

- Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços;
- Analisar o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energia renovável;
- Assegurar que os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada;
- Fazer depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e tratamento de efluentes e do sistema de recolha e tratamento de RSU, nas novas construções;
- Promover ações de sensibilização de separação de resíduos e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos;
- Promover ações de sensibilização relativas a boas práticas de gestão dos recursos hídricos, como o consumo de água;
- Assegurar e promover ações que contribuem para o uso eficiente e racional da água, como a implementação de sistemas que identifique as perdas existentes na rede de distribuição;
- Implementar um plano de poupança de água e energia ao nível dos serviços camarários.

FCD3 – Qualidade de vida

- Programa de dinamização económica local;
- Assegurar que o desenvolvimento das atividades económicas locais faz por forma a incentivar a diferenciação;
- Garantir incentivos para atrair novos agentes económicos;



- Promover o desenvolvimento de parcerias com agentes económicos locais;
- Incentivar a incorporação nas empresas instaladas de princípios de eficiência e sustentabilidade ambiental;
- Criar condições que promovam a fixação da população jovem, em termo de emprego;
- Assegurar que o desenvolvimento económico do turismo é feito de forma sustentável;
- Promover o turismo como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável, nas áreas do turismo de natureza, turismo de habitação e turismo em espaço rural.

FCD4 – Recursos naturais e culturais

- Estabelecer um sistema de alerta prévio nas zonas de elevada vulnerabilidade a riscos naturais;
- Fomentar e monitorizar a implementação dos planos de emergência;
- Promover ações de sensibilização à população sobre comportamentos de risco;
- Garantir a limpeza e desassoreamento das linhas de água;
- Adaptar práticas de conservação do solo;
- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado;
- Desenvolver e implementar um programa de promoção das atividades culturais e produtos locais;
- Assegurar a preservação e salvaguarda do património histórico-cultural;
- Assegurar a monitorização a obras de reabilitação / recuperação para garantir que as características próprias dos edifícios são preservadas;
- Recuperar edifícios que representem traços da memória e da identidade local.

Os principais agentes no sucesso da implantação da Revisão do PDM de Velas são a CMV, vários organismos do Governo Regional, como a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, Direção Regional dos Assuntos Culturais, Direção Regional das Obras Públicas, Direção Regional do Turismo, Direção Regional de Empreendedorismo e Competitividade, Direção Regional dos Recursos Florestais, IROA, S.A., entre outros, o setor privado, como o setor empresarial, e a população em geral, cuja participação ativa será fundamental para que haja um desenvolvimento sustentável para o município.



11. Quais são os Principais Indicadores de Monitorização?

Os principais indicadores de monitorização propostos pela AAE são:

- Variação da densidade habitacional e populacional;
- Extensão de vias melhoradas/ intervencionadas;
- Nº de atividades e instalações turísticas em solo rústico e natural;
- N.º de ações de qualificação e valorização das áreas classificadas e de biodiversidade;
- Variação da proporção da área classificada como dispersa;
- N.º de processos de reabilitação e ampliação de edifícios, por tipo de uso;
- N.º de sessões de envolvimento público;
- Produção de energia por tipo;
- População servida por sistemas de drenagem de águas residuais;
- Qualidade das águas para consumo humano;
- Consumos de água por tipologia de uso;
- Produção de resíduos reutilizados ou reciclados;
- Despesas e receitas nos domínios da gestão e proteção ambiental;
- N.º de empresas a operar no concelho por setor;
- População empregada por setor;
- Taxa de desemprego;
- Nº de parcerias público-privadas para a valorização económica;
- N.º de dormidas em alojamentos turísticos por tipologia;
- N.º de alunos matriculados;
- População afetada por tipo de risco natural;
- N.º de iniciativas para a promoção dos produtos locais;
- Despesas em atividades culturais e criativas;
- Licenciamentos de imóveis com interesse patrimonial.



12. O que se Conclui sobre o Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do PDM de Velas?

O processo de AAE foi desenvolvida pela análise de 4 Fatores Críticos para a Decisão, Planeamento e Ordenamento do Território, Desenvolvimento Sustentável, Qualidade de Vida e Recursos Naturais e Culturais.

Na avaliação efetuada não foram evidenciados ou identificados impactos ambientais significativos que não possam ser alvo de medidas de minimização decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano. No entanto, é fundamental o acompanhamento da implantação da proposta de revisão do PDM de Velas, por meio da atualização periódica do plano de controlo, para que seja monitorizado a evolução dos indicadores de sustentabilidade, contribuindo que sejam tomadas medidas de mitigação caso necessário ou alteração ao plano.

A revisão do PDM de Velas apresenta diversas oportunidades em domínios estratégicos do seu desenvolvimento, como na contenção da dispersão urbana, o estímulo ao investimento qualificado, principalmente da atividade turística, e na preservação e valorização do património de natureza, paisagem e cultural. Por outro lado, alguns riscos a nível da salubridade do município a longo prazo, as questões de gestão e eficiência energética e a pressão turística principalmente nas áreas naturais.

O turismo assume no arquipélago, como no concelho, com uma das atividades económicas com capacidade de contribuir para o desenvolvimento económico e diversificação de atividades, potenciando a criação de emprego e a criação de oportunidades de desenvolvimento em áreas rurais, com a construção de novas infraestruturas e equipamentos. A manutenção da qualidade dos recursos ambientais locais, como naturais, sociais e culturais, contribui para a valorização do atrativo turístico a longo prazo. Mas é fundamental o desenvolvimento de estudos de monitorização e avaliação da eficiência do plano, devido às consequências negativas no território, no caso do turismo, com efeitos em termos ambientais, económicos e sociais. Assim, é importante a aposta num desenvolvimento sustentável e que privilegie a proteção dos habitats e das espécies.

A proposta da Reserva Ecológica na revisão do PDM de Velas inclui as áreas sensíveis associadas a riscos naturais e a áreas naturais, estabelecendo condicionalismos à ocupação, uso e transformação do solo. No entanto, devem ser definidas medidas de adaptação cautelares, numa perspetiva a longo prazo, associado às alterações climáticas que podem afetar esta áreas.

No âmbito da governança são criadas oportunidade de uma maior relação de proximidade entre a gestão do território e a população e melhoramentos nos procedimentos de licenciamento. A proposta de revisão do PDM de Velas, com os documentos que o constituem, como plantas de ordenamento e condicionantes, adaptadas a um sistema de informação geográfica, e o regulamento, constitui uma oportunidade nos vários domínios estratégicos para o desenvolvimento local, contribuindo para uma gestão do município melhor.

No que respeita aos possíveis efeitos negativos com a execução da revisão do PDM de Velas, relativos ao ambiente e ao território, as medidas e recomendações propostas contribuíram para



a identificação, prevenção ou minimização destas, desde que haja um quadro de governação bom, com o envolvimento de todos.

A implementação da proposta de revisão do PDM de Velas promove a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das populações locais, uma vez que estão previstas medidas que potenciam a valorização ambiental e territorial do município de Velas.